ISSN: 2358-8829

ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030 NO ESTADO DO PARÁ, AMAZÔNIA ORIENTAL

Silviane Cordeiro Correa [1]
Alessandra de Rezende Ramos[2]

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Pará assumiu posição central nos debates socioambientais globais ao sediar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) em Belém, no ano de 2025. Esse evento colocou em evidência as profundas contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento na Amazônia Oriental, onde índices alarmantes de desmatamento, queimadas e degradação ecossistêmica coexistem com decisões políticas de elevado impacto, a exemplo da autorização para exploração de jazidas petrolíferas na Margem Equatorial brasileira. Tais tensionamentos escancaram a distância entre os discursos internacionais de preservação e a realidade socioambiental vivenciada pelas comunidades locais.

Frente ao desconhecimento expressivo de parcela significativa da população sobre os determinantes e as implicações das mudanças climáticas globais em seu cotidiano, o Governo do Estado do Pará sancionou a Lei Estadual nº 9.981/2023 (Pará, 2023). Essa norma tornou obrigatória a inclusão do componente curricular de Educação Ambiental na matriz da rede estadual de ensino, estabelecendo um marco regulatório para o redesenho das práticas pedagógicas no território paraense.

Nesse panorama de transformações, o ensino de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT) assume papel estratégico. Longe de restringir-se à memorização de conceitos abstratos de Biologia, Física e Química, a área deve atuar como instrumento de leitura crítica da realidade e mediação de conflitos territoriais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta o desenvolvimento de competências voltadas à formação cidadã, ética e sustentável (Brasil, 2017), convergindo com as metas da

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, silvianecorrea@unifesspa.edu.br.
[2] Professora orientadora: Doutora, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PPGECM) - UNIFESSPA, rezende@unifesspa.edu.br.

ISSN: 2358-8829

Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2021).

Diante dessa problemática, investiga-se: de que modo os instrumentos legais e normativos da Rede Estadual de Educação do Pará impactaram a prática docente no ensino de Ciências da Natureza, especificamente na integração dos ODS da Agenda 2030, no cotidiano de uma Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) situada na zona urbana do município de Parauapebas-PA?

O objetivo deste trabalho é analisar a articulação entre as orientações normativas estaduais e as metodologias pedagógicas no contexto territorial amazônico, identificando avanços, desafios e possibilidades na promoção do conhecimento científico e do protagonismo juvenil por meio dos ODS da Agenda 2030.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica desta investigação estrutura-se na articulação entre os marcos globais da sustentabilidade e referenciais críticos da educação e da ontologia do conhecimento: a Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (1996; 2008), a epistemologia emancipatória de Freire (1970; 1996) e a biologia da cognição de Maturana (1984; 1998).

2.1 A Agenda 2030 e a Territorialização do Ensino de Ciências

A Agenda 2030 constitui um plano de ação global composto por 17 ODS e 169 metas voltadas à erradicação da pobreza, à proteção planetária e à promoção da paz e da prosperidade (ONU, 2021). No campo educacional, o ODS 4 (Educação de Qualidade) preconiza assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e garantindo competências essenciais para o desenvolvimento sustentável.

No ensino de Ciências da Natureza, a apropriação dos ODS exige superar abordagens meramente conteudistas. Na Amazônia Oriental, discutir biodiversidade, saneamento, transição energética e impactos socioambientais da mineração sob a perspectiva dos ODS atende ao princípio da contextualização territorial, em que o conhecimento científico ganha significado a partir da realidade vivenciada pelos educandos.

ISSN: 2358-8829

2.2. A Práxis Educativa em Saviani, Freire e Maturana

Conforme a Pedagogia Histórico-Crítica desenvolvida por Saviani (2008), a educação é entendida como uma prática social ligada indissociavelmente ao processo histórico de produção e apropriação do conhecimento e às condições materiais de existência dos sujeitos. Como argumenta o autor:

> "A natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biológica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (Saviani, 2008, p. 13).

Sob essa ótica, a escola pública na Amazônia cumpre a função social de democratizar o saber sistematizado, permitindo que os estudantes compreendam as determinações históricas e econômicas que impactam seu território. O processo educativo requer a integração de ciência, território e ancestralidade, opondo-se ao ensino alienante e descontextualizado.

Essa abordagem complementa-se no pensamento de Freire (1970; 1996), para quem a educação autêntica realiza-se como prática da liberdade. Para Freire (1996), a leitura do mundo precede a leitura da palavra; a problematização dos dilemas locais é pré-requisito para o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia dos sujeitos.

Por sua vez, Maturana (1984; 1998) concebe o conhecimento como um fenômeno relacional e biológico, emergente da convivência no "conversar" e do respeito mútuo. A perspectiva maturaniana reforça a urgência de espaços educativos que promovam a ética da convivência, em que o estudante se reconheça como parte integrante e responsável do ecossistema que habita.

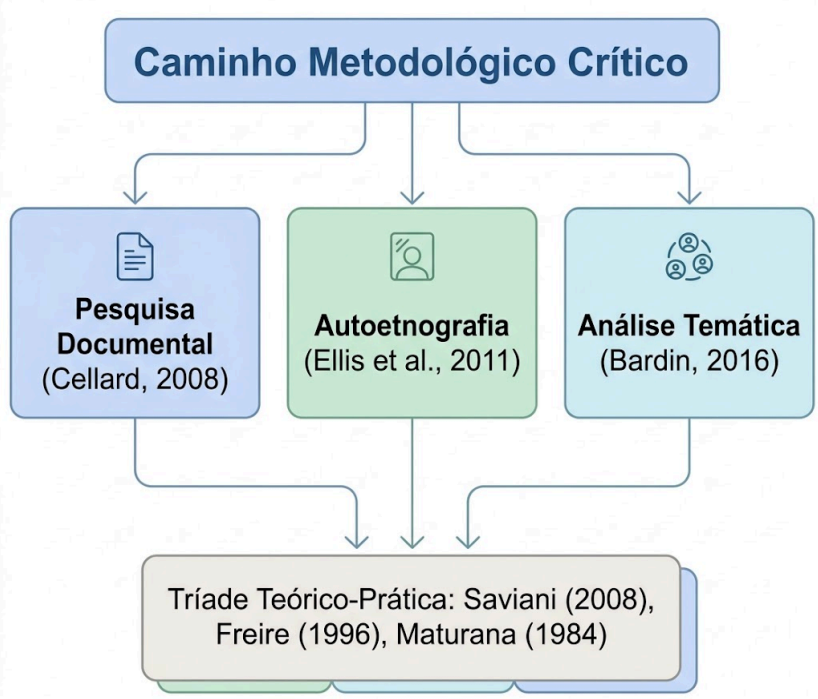
3 METODOLOGIA

A presente investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltada à compreensão dos processos de territorialização dos ODS da Agenda 2030 no ensino de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. O estudo foi desenvolvido em uma Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) situada na zona urbana do município de Parauapebas-PA, pólo socioeconômico e minerário da Amazônia Oriental, ao longo dos anos letivos de 2023 e 2024.

Para articulação da complexidade do fenômeno educacional em interface com as políticas públicas ambientais, o percurso metodológico entrelaçou três eixos

procedimentais complementares: Pesquisa Documental, Autoetnografia e Análise Temática (Figura 1).

Figura 1 - Percurso metodológico das etapas e o arcabouço teórico



Autores: Elaborados pelas autoras, com suporte IA (2026)

3.1 Etapas percorridas

A Pesquisa Documental serviu para mapear e descrever os aportes normativos, prescrições curriculares e registros institucionais que balizam o ensino público paraense. Conforme preconizado por Cellard (2008) e Kripka, Scheller e Bonotto (2014), a análise documental possibilita contextualizar o documento em seu meio produtor, examinando sua autenticidade, intencionalidade e os conceitos-chave subjacentes. Foram analisadas leis estaduais, diretrizes pedagógicas e planos curriculares oficiais.

A Autoetnografia foi adotada como abordagem qualitativa reflexiva que utiliza a experiência pessoal da pesquisadora-docente para analisar e compreender a cultura e a práxis educacional no chão da escola. Fundamentada em Ellis, Adams e Bochner (2011) e Versiani (2002), a autoetnografia reconhece a subjetividade e a vivência do pesquisador como fonte legítima de produção de conhecimento científico. Por meio de diários de campo reflexivos, registros de planejamento de aulas e memórias da prática docente durante a implementação do componente de Educação Ambiental, foi possível

ISSN: 2358-8829

cartografar as tensões cotidianas, os dilemas e as conquistas pedagógicas na Amazônia Oriental.

Por último, a Análise Temática foi empregada para a organização, categorização e interpretação das informações emergentes dos documentos normativos articulados às narrativas autoetnográficas. Aprovando o rigor sistemático proposto por Bardin (2016) e desdobrado na pesquisa em saúde e educação por Minayo (2014), a análise temática cumpriu as três etapas fundamentais: Pré-análise: Leitura flutuante e constituição do corpus de análise; Exploração do material: Codificação e identificação das Unidades de Registro (UR) e Unidades de Significação (US); Tratamento dos resultados e interpretação: Categorização temática articulada ao referencial teórico de Saviani (2008), Freire (1996) e Maturana (1984).

3.2 Corpus documental

O Quadro 1 sintetiza o conjunto de documentos normativos, institucionais e pedagógicos selecionados e submetidos à análise temática ao longo do estudo.

Quadro 1 – *Corpus* documental utilizado na Análise Temática

Categoria	**Tipo de Documento**	**Título do Documento**	**Descrição do Documento**
Legislações	Normativo Legal	• Lei nº 9.867/2023 • Decreto nº 1.570/2016 • Lei nº 9.981/2023 • Lei nº 10.181/2023	Conjunto de leis e decretos estaduais que instituem programas educacionais (Alfabetiza Pará, Escola que Transforma), a Política de Educação Formal para Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima e o Programa Pará 2030.
Atos Normativos e Orientações Pedagógicas	Diretriz e Orientação Curricular	• Regimento das Escolas Estaduais (2021); • Nota Técnica nº 02-2023; • Documento Curricular do Estado do Pará (2021); • Jornada Pedagógica (2024 e 2025); • Caderno Orientador Vol. 1 (2024).	Documentos que regem o funcionamento escolar, estabelecem metodologias ODS e orientam a matriz curricular, recomposição de aprendizagens e práticas de sustentabilidade na Amazônia.

Outras Orientações Governamentais	Planejamento e Relatório Estratégico	• Relatório Local Voluntário ODS (2020); • Caderno de Compromissos – PPA 2020-2023.	Mapeamento de políticas públicas, indicadores estaduais e alinhamento estratégico do governo do Pará a ODS da ONU.
Materiais Didáticos	Recursos de Ensino	• Educação para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima – Ensino Médio (2023).	Caderno do professor voltado ao Ciclo Integrado do Ensino Médio em eixos sobre vivência sociocultural, conceitos científicos e práticas sustentáveis.
Notícias Institucionais	Divulgação e Registros de Ações	• I Conferência Internacional Infantojuvenil da Seduc; • Notícias sobre a Conferência CYC (2025); • Projetos Escolares (ex: Repelente de Andiroba).	Registros de imprensa oficial divulgando o protagonismo estudantil, fóruns de debate sobre a agenda climática global e projetos de educação ambiental.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

Por meio dos documentos analisados foi possível realizar a articulação integrada entre a pesquisa documental, a autoetnografia e a análise temática, o que possibilitou a construção de um olhar metodológico rigoroso, ético e situado na realidade educacional do Estado do Pará.

Ao fundamentar cada etapa analítica nos aportes teóricos de Saviani (2008), Freire (1996) e Maturana (1984), este percurso metodológico assegurou a sustentação científica necessária para compreender de que modo o ensino de Ciências da Natureza pode atuar como vetor de transformação socioambiental e emancipação cidadã na Amazônia Oriental, no período que antecedeu a COP 30.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise temática do *corpus* documental articulada às narrativas autoetnográficas permitiu compreender a dinâmica de implementação das políticas públicas de Educação Ambiental e dos ODS no ensino de Ciências da Natureza em uma EEEM de Parauapebas-PA. A pesquisa documental foi realizada no ano de 2025, e os relatos autoetnográficos compreenderam o período de 2022 a 2024.

ISSN: 2358-8829

Em consonância com o aporte metodológico, os resultados foram organizados em 4 (quatro) categorias de análise temática emergente, detalhadas no Quadro 2 e discutidas a seguir. E, para além das categorias de análise temática, também será apresentado um tópico que trata das reflexões autoetnográficas da pesquisadora ao final desta seção.

Quadro 2 – Categorias de análise temática emergente oriundas dos documentos e das experiências autoetnográficas

Categorias de análise	Escopo	Articulação textual
1. Sustentabilidade e currículo frente aos instrumentos legais e institucionais na educação amazônica territorializada	Integração dos ODS da Agenda 2030 às matrizes curriculares, em consonância com a BNCC e a Lei Estadual nº 9.981/2023.	Abrange legislações, atos normativos e suas conexões diretas com os ODS, a exemplo do programa Alfabetiza Pará (Lei nº 9.867/2023) e do Regimento das Escolas Estaduais.
2. Protagonismo juvenil como diretriz teórica na perspectiva da educação ambiental crítica	Integração curricular voltada à sustentabilidade a partir da fundamentação conceitual de documentos orientadores, a exemplo das Conferências Infanto-Juvenis.	Analisa as premissas institucionais e regulatórias estabelecidas para guiar a inserção dos saberes ecológicos críticos na rede de ensino.
3. Práticas pedagógicas sustentáveis e vivências de engajamento estudantil	A materialização da BNCC e dos documentos estaduais na articulação de itinerários formativos voltados à sustentabilidade.	Examina as manifestações reais de participação, liderança e envolvimento dos estudantes identificadas por meio da divulgação em notícias em portais oficiais do Estado do Pará.
4. Desafios e lacunas na efetivação da Agenda 2030	Investigação de limites estruturais e pedagógicos que medeiam a implementação das políticas públicas de sustentabilidade na escola a partir da experiência docente da professora-pesquisadora.	Mapeia a necessidade de formação docente continuada, a escassez de recursos e as barreiras que incidem na aplicação prática das diretrizes estudadas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

A partir do panorama estrutural consolidado no quadro das categorias analíticas, as subseções que se seguem apresentam e discutem os achados da pesquisa de forma encadeada e aprofundada. O propósito central é evidenciar em que medida a interface entre as normativas estaduais, o cotidiano da escola pública e as vivências no território amazônico reposiciona a educação científica como um instrumento fundamental de emancipação, justiça socioambiental e protagonismo estudantil frente aos compromissos assumidos na Agenda 2030.

4.1. Sustentabilidade e currículo frente aos instrumentos legais na educação amazônica

A primeira categoria evidencia como a Lei Estadual nº 9.981/2023 e as diretrizes do programa Alfabetiza Pará (Lei nº 9.867/2023) redefiniram a inserção das temáticas ambientais na matriz do Ensino Médio. A apropriação do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 6 (Água Potável) e ODS 13 (Ação Climática) deixou de ser periférica para constituir eixo estruturante na transposição didática.

Sob a perspectiva histórico-crítica de Saviani (2008), o currículo adquire sua função social ao relacionar o saber científico sistematizado com as contradições do desenvolvimento econômico local. Em Parauapebas, relacionar o ensino de Química e Biologia à realidade da mineração e da Bacia do Rio Parauapebas concretizou a integração entre ciência, território e ancestralidade.

4.2. Protagonismo juvenil na perspectiva da educação ambiental crítica

A análise dos cadernos orientadores e das Conferências Infanto-Juvenis pelo Clima[3] revelou uma mudança conceitual na concepção do estudante: de receptor passivo de informações ecológicas a sujeito ativo da transição sustentável.

De acordo com Freire (1996), a autonomia do educando é gestada quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra. A fundamentação teórica das conferências incentivou os jovens a formularem diagnósticos locais e cartas de propostas, as quais

[3] A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é uma iniciativa promovida pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação. No Pará, o processo envolve etapas escolares, municipais/regionais e estaduais para promover o protagonismo juvenil sobre emergências climáticas na Amazônia. Sobre as diretrizes gerais, ver: BRASIL. Ministério da Educação. Passo a passo para a Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Brasília, DF: MEC, 2024.

são descritas como documentos coletivos nos quais os estudantes sintetizam suas reivindicações e pactuam compromissos práticos para a sustentabilidade de suas escolas e comunidades. Paralelamente, Maturana (1984, 1998) nos lembra que o aprendizado ocorre na convivência e na alteridade; o "emocionar" e o "conversar" pedagógico fortaleceram a responsabilidade ética dos estudantes perante o ecossistema amazônico.

4.3. Práticas pedagógicas sustentáveis e vivências de engajamento estudantil

A materialização dos itinerários formativos que são conjuntos de disciplinas e oficinas de aprofundamento escolhidos pelos estudantes, e das disciplinas eletivas de livre escolha que diversificam o currículo escolar, manifestou-se em projetos práticos voltados à sustentabilidade.

Essa articulação pedagógica resultou em iniciativas amplamente divulgadas nos veículos oficiais de comunicação do Estado do Pará, a exemplo do projeto de desenvolvimento de repelentes naturais à base de óleo de andiroba[4] (Pará, 2024), além de ações focadas na gestão comunitária de resíduos sólidos.

Os diários autoetnográficos confirmaram que o engajamento dos alunos atinge seu ápice quando os conteúdos conceituais de Ciências da Natureza se desdobram em soluções comunitárias. Essa convergência entre a BNCC (Brasil, 2017) e a realidade escolar comprovou a viabilidade de itinerários formativos pautados pelo ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

4.4. Desafios e lacunas na efetivação da Agenda 2030

A quarta categoria, aprofundada pelo olhar autoetnográfico da professora-pesquisadora contrapõe o discurso normativo com as condições materiais e institucionais da escola pública, considerando que em relação a formação continuada há ausência de momentos formativos focados na intersetorialidade dos ODS e na complexidade socioambiental da Amazônia.

E ainda, sobre a escassez de recursos e infraestrutura há limitações em laboratórios de Ciências, falta de insumos e reagentes básicos para a manutenção de

[4]O projeto Andiroba: a química da sustentabilidade na proteção contra a dengue, desenvolvido por estudantes da rede estadual paraense, utiliza o óleo extraído da semente amazônica para alinhar conhecimentos científicos à saúde pública local. Para mais detalhes, ver: PARÁ. SEDUC. Estudantes da rede estadual produzem repelente natural à base de óleo de andiroba para combater a dengue. Belém: Agência Pará, 11 abr. 2024. Disponível em: https://www.agenciapara.com.br/noticia/53123/. Acesso em: 29 out. 2026.

ISSN: 2358-8829

aulas práticas investigativas. A sobrecarga de trabalho docente, associada à fragmentação da carga horária, restringe o tempo disponível para o planejamento interdisciplinar entre os pares.

A vivência autoetnográfica expôs que, embora os marcos legais forneçam respaldo normativo inédito, a efetivação da Agenda 2030 no chão da escola demanda investimentos estruturais permanentes e políticas públicas contínuas de valorização do magistério.

Nesse sentido, ultrapassando os limites das categorias temáticas anteriores, a seção a seguir dedica-se a sintetizar as reflexões autoetnográficas que emergem da experiência docente no território.

4.5 Autoetnografia: o chão da escola e a vivência docente no território

A incorporação do percurso autoetnográfico (Ellis et al., 2011) permitiu aprofundar a dimensão subjetiva e viva do cotidiano escolar, tensionando as prescrições normativas dos documentos oficiais com a realidade concreta enfrentada pela professora-pesquisadora.

Enquanto as legislações estaduais e as diretrizes da SEDUC-PA estabelecem o plano orientador para a Educação Ambiental na rede pública, os registros dos diários de campo e do planejamento de aulas expuseram os desafios materiais, temporais e emocionais que permeiam o trabalho docente.

Essa imersão reflexiva evitou uma leitura sistemática das políticas públicas, permitindo compreender como a apropriação dos ODS ocorre no tensionamento constante entre o entusiasmo pedagógico e as contradições estruturais da educação pública na Amazônia Oriental.

No plano das interações em sala de aula, a autoetnografia evidenciou a potência da convivência e do diálogo pedagógico como disparadores de transformações atitudinais nos estudantes. Ao trazer para as aulas de Ciências da Natureza os problemas socioambientais imediatos de Parauapebas, tais como a gestão da água, a poluição atmosférica e os impactos da atividade mineradora, a prática reflexiva registrou a transição do desinteresse inicial para um engajamento crítico dos educandos.

Essa dinâmica vivencial confirmou as premissas de Freire (1996) e Maturana (1984, 1998), demonstrando que o conhecimento ecológico não se consolida por imposição curricular, mas pela criação de espaços de escuta, acolhimento e construção

ISSN: 2358-8829

coletiva de sentidos, nos quais o "emocionar" e o "conversar" redefinem o pertencimento dos jovens ao seu território.

Por outro lado, o olhar autoetnográfico lançou luz sobre as lacunas e gargalos institucionais que frequentemente inviabilizam o esforço docente. Relatos sobre a escassez de insumos para aulas práticas laboratoriais, a sobrecarga de trabalho derivada da fragmentação horária e a falta de formações continuadas com foco na interdisciplinaridade dos ODS revelaram os limites da implementação da Agenda 2030 na ponta do sistema de ensino.

À luz de Saviani, 2008, a vivência em sala de aula demonstrou que a transformação da prática educativa exige superação das iniciativas isoladas e voluntaristas. Para que a Educação Ambiental territorializada se consolide de forma emancipatória na Amazônia, é indispensável que o Estado assegure suporte infraestrutural e condições materiais dignas ao trabalho dos professores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação evidencia que o arcabouço normativo construído no Estado do Pará, em especial a Lei Estadual nº 9.981/2023, constituíram um suporte legal e pedagógico sem precedentes para respaldar a atuação docente voltada à sustentabilidade. A integração dos ODS da Agenda 2030 no ensino de Ciências da Natureza revelou-se um instrumento potente para desmistificar grandes debates globais (como a COP 30) e aproximá-los das urgências socioambientais e territoriais vivenciadas pelos estudantes em Parauapebas-PA.

A articulação entre a Saviani (20008), Freire (1996) e Maturana (1984) ofereceu a sustentação teórica necessária para compreender que a Educação Ambiental não se efetiva por imposição curricular, mas pela construção de espaços éticos de diálogo, em que ciência, território e ancestralidade se fundem. A partir das quatro categorias de análise emergentes e da vivência autoetnográfica da professora-pesquisadora, constatou-se que o fortalecimento do protagonismo juvenil e o engajamento em práticas sustentáveis ocorrem quando os conteúdos científicos de Química, Biologia e Física ganham sentido na leitura crítica da realidade local.

Contudo, a imersão autoetnográfica no "chão da escola" expôs que a existência da norma legal, por si só, não garante a transformação da práxis educativa. A efetivação da Agenda 2030 esbarra em limitações estruturais severas, como a carência de insumos

para aulas práticas laboratoriais, a sobrecarga de trabalho decorrente da fragmentação horária e a escassez de formações continuadas voltadas à intersetorialidade dos ODS.

Conclui-se, portanto, pela urgência de políticas públicas continuadas que superem ações pontuais ou episódicas de eventos e feiras. É imperativo que o Estado assegure investimento infraestrutural permanente, valorização da carreira docente e programas de formação em serviço, garantindo as condições materiais necessárias para consolidar uma educação científica verdadeiramente crítica, emancipatória e territorializada na Amazônia Oriental.

Palavras-chave: Ciências da Natureza; Sustentabilidade e Cidadania; Educação Ambiental; Currículo Escolar.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) e aos profissionais da escola pública estadual em Parauapebas-PA pela parceria durante a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: **Paz e Terra**, 1996.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research** / Historische Sozialforschung, v. 36, n. 4, p. 273-290, 2011.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: **Palas Athena**, 1995/1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: **ONU Brasil**, 2021.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Lei nº 9.981, de 6 de julho de 2023.. **Diário Oficial do Estado do Pará,** Belém, 2023.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: **Autores Associados**, 2008.